

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	42
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	43
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	44
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	45
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.244.310.876
Preferenciais	0
Total	1.244.310.876
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	2.988.319	2.863.113
1.01	Ativo Circulante	40.039	40.363
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15.198	18.984
1.01.03	Contas a Receber	16.068	14.232
1.01.03.01	Clientes	16.039	14.232
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	29	0
1.01.03.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	29	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.738	3.961
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.738	3.961
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.854	1.928
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.181	1.258
1.01.08.03	Outros	1.181	1.258
1.01.08.03.02	Outros créditos	1.181	1.258
1.02	Ativo Não Circulante	2.948.280	2.822.750
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	161.745	146.289
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	28.931	28.822
1.02.01.07	Tributos Diferidos	80.388	63.421
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	80.388	63.421
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	5.044	3.760
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	47.382	50.286
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	47.199	49.419
1.02.01.10.06	Diferido	0	642
1.02.01.10.07	Outras Contas a Receber	183	225
1.02.03	Imobilizado	26.236	2.060
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.481	2.060
1.02.03.02	Direito de Uso em Andamento	23.755	0
1.02.04	Intangível	2.760.299	2.674.401
1.02.04.01	Intangíveis	2.760.299	2.674.401
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.760.299	2.674.401

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	2.988.319	2.863.113
2.01	Passivo Circulante	285.517	1.059.301
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.179	7.553
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.179	7.553
2.01.02	Fornecedores	38.077	38.818
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	38.077	38.818
2.01.02.01.01	Fornecedores	20.656	24.904
2.01.02.01.02	Caução Contratual	17.421	13.914
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.465	21.337
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.585	19.191
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.880	2.146
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	68.449	67.653
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	68.449	67.653
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	68.449	67.653
2.01.05	Outras Obrigações	103.037	885.400
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	80.467	878.933
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	75.672	878.777
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	4.795	156
2.01.05.02	Outros	22.570	6.467
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	15.347	5.478
2.01.05.02.08	Taxa de Fiscalização	1.026	989
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	6.197	0
2.01.06	Provisões	60.310	38.540
2.01.06.02	Outras Provisões	60.310	38.540
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	60.310	38.540
2.02	Passivo Não Circulante	1.523.988	638.001
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	415.909	446.234
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	415.909	446.234
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	415.909	446.234
2.02.02	Outras Obrigações	1.033.788	131.984
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.000.977	131.491
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	1.000.977	131.491
2.02.02.02	Outros	32.811	493
2.02.02.02.06	Obrigações fiscais	14.779	493
2.02.02.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	18.032	0
2.02.04	Provisões	74.291	59.783
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.517	11.767
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	933	2.287
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	537	489
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	8.047	8.991
2.02.04.02	Outras Provisões	64.774	48.016
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	42.819	26.729
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	21.955	21.287
2.03	Patrimônio Líquido	1.178.814	1.165.811
2.03.01	Capital Social Realizado	1.317.796	1.272.296
2.03.01.01	Capital Social Subscrito	1.497.996	1.287.996

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.03.01.02	(-) Capital Social a Integralizar	-180.200	-15.700
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-138.982	-106.485

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	144.059	278.831	131.787	267.797
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-148.516	-281.007	-129.530	-248.693
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-80.809	-163.736	-68.146	-131.839
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-67.707	-117.271	-61.384	-116.854
3.03	Resultado Bruto	-4.457	-2.176	2.257	19.104
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.448	-12.580	-7.074	-13.597
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.688	-13.090	-7.379	-14.215
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-6.248	-11.903	-6.769	-12.733
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-440	-1.187	-610	-1.482
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	240	492	316	645
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	18	-11	-27
3.04.05.01	Tributárias	0	18	-11	-27
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-10.905	-14.756	-4.817	5.507
3.06	Resultado Financeiro	-17.286	-34.708	-17.225	-35.480
3.06.01	Receitas Financeiras	569	1.121	652	1.254
3.06.01.01	Receitas Financeiras	569	1.121	652	1.254
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.855	-35.829	-17.877	-36.734
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-17.855	-35.829	-17.877	-36.734
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-28.191	-49.464	-22.042	-29.973
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	9.640	16.967	7.462	10.158
3.08.01	Corrente	637	0	0	0
3.08.02	Diferido	9.003	16.967	7.462	10.158
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-18.551	-32.497	-14.580	-19.815
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-18.551	-32.497	-14.580	-19.815
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,01300	-0,02400	-0,01200	-0,01630

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-18.551	-32.497	-14.580	-19.815
4.03	Resultado Abrangente do Período	-18.551	-32.497	-14.580	-19.815

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	66.486	56.745
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	96.145	86.457
6.01.01.01	Lucro ou prejuízo do período	-32.497	-19.815
6.01.01.03	Baixas de ativos permanentes	0	544
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-16.967	-10.158
6.01.01.06	Receita com Aplicações Financeiras Vinculadas	-856	-755
6.01.01.07	Juros e variações montetárias de empréstimos	10.098	13.408
6.01.01.09	Juros e variações montetárias de mútuos e debêntures privadas	20.414	19.640
6.01.01.10	Despesa Financeira (valor presente)	4.715	2.578
6.01.01.11	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	343	1.147
6.01.01.12	Constituição (reversão) de Provisão para manutenção	53.047	28.243
6.01.01.13	Depreciações e Amortizações	57.848	51.292
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	0	333
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-25.537	-29.712
6.01.02.01	Contas a Receber	-1.765	-2.098
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-29	35
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-2.210	501
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-317	423
6.01.02.06	Pagamento de juros	-20.044	-22.155
6.01.02.07	Outros Créditos	106	78
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	727	39
6.01.02.11	Fornecedores	-1.622	-1.441
6.01.02.12	Contas a pagar - partes relacionadas	350	48
6.01.02.13	Cauções Contratuais	337	-634
6.01.02.14	Obrigações Sociais	-374	-278
6.01.02.15	Obrigações Fiscais	-8.397	6.664
6.01.02.18	Credores pela Concessão/ Taxa de fiscalização	37	0
6.01.02.19	Riscos cíveis trabalhistas, fiscais e regulatórios	-2.593	-979
6.01.02.20	Outras contas a pagar	10.257	-9.915
6.01.03	Outros	-4.122	0
6.01.03.01	Arrendamento mercantil pago (IFRS16)	-4.122	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-116.382	-159.825
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-726	-340
6.02.02	Adições ao Intangível	-115.943	-159.557
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-350	-498
6.02.04	Valor Resgatado das Aplicações Vinculadas	637	570
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	46.110	99.579
6.03.01	Risco sacado captação	11.644	16.674
6.03.02	Risco sacado pagamento	-13.433	-16.457
6.03.04	Pagamentos empréstimo - principal	-29.601	-27.138
6.03.10	Captações de empréstimos empresas ligadas	32.000	42.500
6.03.20	Aumento de Capital / Devolução	45.500	84.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.786	-3.501

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	18.984	16.373
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.198	12.872

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.272.296	0	0	-106.485	0	1.165.811
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.272.296	0	0	-106.485	0	1.165.811
5.04	Transações de Capital com os Sócios	45.500	0	0	0	0	45.500
5.04.01	Aumentos de Capital	210.000	0	0	0	0	210.000
5.04.09	(-) Capital a Integralizar	-164.500	0	0	0	0	-164.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-32.497	0	-32.497
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-32.497	0	-32.497
5.07	Saldos Finais	1.317.796	0	0	-138.982	0	1.178.814

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.188.296	0	0	-75.817	0	1.112.479
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.188.296	0	0	-75.817	0	1.112.479
5.04	Transações de Capital com os Sócios	84.000	0	0	0	0	84.000
5.04.08	Capital Integralizado	84.000	0	0	0	0	84.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-19.815	0	-19.815
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-19.815	0	-19.815
5.07	Saldos Finais	1.272.296	0	0	-95.632	0	1.176.664

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	294.148	283.185
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	174.027	163.127
7.01.02	Outras Receitas	120.121	120.058
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	117.271	116.854
7.01.02.02	Outras	2.850	3.204
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-216.830	-191.644
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-22.765	-24.550
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.320	-10.456
7.02.04	Outros	-181.745	-156.638
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-117.271	-116.854
7.02.04.02	Custo da Concessão	-9.154	-8.650
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-53.047	-28.243
7.02.04.04	Outros	-2.273	-2.891
7.03	Valor Adicionado Bruto	77.318	91.541
7.04	Retenções	-57.848	-51.292
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-57.848	-51.292
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	19.470	40.249
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	30.816	24.712
7.06.02	Receitas Financeiras	1.121	1.254
7.06.03	Outros	29.695	23.458
7.06.03.03	Juros capitalizados	29.695	23.458
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	50.286	64.961
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	50.286	64.961
7.08.01	Pessoal	19.447	19.295
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.059	14.643
7.08.01.02	Benefícios	3.213	3.470
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.175	1.182
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-2.157	4.711
7.08.02.01	Federais	-11.084	-3.653
7.08.02.02	Estaduais	1	0
7.08.02.03	Municipais	8.926	8.364
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	26.772	28.107
7.08.03.01	Juros	10.097	13.408
7.08.03.02	Aluguéis	-41	833
7.08.03.03	Outras	16.716	13.866
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados BNDES	11.389	10.435
7.08.03.03.04	Outras - Despesas financeiras	5.327	3.431
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-32.497	-19.815
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-32.497	-19.815
7.08.05	Outros	38.721	32.663
7.08.05.01	Juros - Debêntures privadas e Mútuos	20.415	19.640
7.08.05.02	Juros capitalizados sobre Mútuos	18.306	13.023

Comentário do Desempenho



Joinville, 13 de agosto de 2019 – Autopista Litoral Sul S/A, empresa do Grupo Arteris, comenta seu resultado relativo ao segundo trimestre de 2019 (2T19), período encerrado em 30 de junho de 2019. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado: No 2T19 o tráfego pedagiado foi de R\$ 30,5 milhões de veículos equivalentes, um crescimento de 8,5% em relação ao 2T18. A variação refere-se a aceleração e melhora no cenário econômico ocorrida no período de 2019. A recuperação positiva acarretou no aumento do fluxo de veículos nas rodovias. No 1S19, houve um aumento de 5,5% que está representado por R\$ 64,4 milhões em relação aos R\$ 61,1 milhões no 1S18.

Receita Operacional Bruta: A Receita Operacional Bruta, excluindo o valor da receita de obras, foi de R\$ 83,6 milhões no 2T19, um aumento de 8,2% em relação ao 2T18. A melhora corresponde ao aumento no tráfego, como mencionado acima. Vale ressaltar que adicionalmente ao incremento de tráfego, teremos ainda o reajuste tarifário (base fevereiro 2019) em fase de aprovação com o órgão regulador. A receita do 1S19 apresentou um acréscimo de 3,9%, em relação ao 1S18, passando de R\$ 282,5 milhões para R\$ 293,7 milhões.

Custos e Despesas: Os Custos e Despesas, excluindo os custos de: serviços de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, chega-se no montante de R\$ 33,2 milhões no 2T19 contra R\$ 33,3 milhões 2T18, uma redução de 0,1%. Em análise verificou-se que não houve variações relevantes. O que contribuiu foi a adoção do IFRS16, onde parte dos valores dos contratos de locação; como serviços de guincho, atendimento pré-hospitalar e locação de veículos; são revertidos das contas de resultado operacional. A aplicação dessa prática contábil não era aplicável no mesmo período do ano anterior. No 1S19 os custos e despesas totalizaram R\$ 235,7 milhões, um aumento de 11,7% em comparação ao 1S18 que registrou R\$ 211 milhões.

EBITDA e EBITDA Ajustado: O EBITDA Ajustado da Companhia passou de R\$ 37,2 milhões em 2T18 para R\$ 43,1 milhões em 2T19. A variação de 16,1% corresponde a melhora nas receitas de pedágio, sendo que os custos e despesas não apresentaram variações significativas. Para melhor representar a aplicação do ICPC01 foram demonstrados os ajustes efetuados no quadro EBITDA Ajustado, onde foram excluídos os valores que afetam o EBITDA da Companhia. Esses ajustes não influenciaram o fluxo de caixa da Companhia. O valor registrado no 1S19 foi de R\$ 96,1 milhões, aumento de 13% em comparação aos R\$ 85 milhões do 1S18.

Resultado Financeiro: As despesas financeiras apresentaram uma redução 0,1% e nas receitas de 12,7% em relação ao 2T18. O resultado financeiro manteve-se em linha uma vez que não houve novas captações e oscilações relevantes nas taxas de juros (CDI e TJLP) comparados ao realizado no mesmo período do exercício anterior. A Companhia manteve seu saldo em caixa mais reduzido, o que gerou uma queda nas receitas financeiras. Vale salientar que ocorreu também a reversão de ajuste a valor presente 2T19 superior a do 2T18. No 1S19 verificou-se R\$ 34,7 milhões, uma redução de 2,2% no resultado financeiro em relação aos R\$ 35,5 milhões do 1S18.

Prejuízo Líquido: A Companhia obteve um prejuízo de R\$ 18,6 milhões no 2T19, um acréscimo de 27,2% comparado a 2T18 que foi de R\$ 14,6 milhões. A variação deve-se de forma significativa foi aumento na conta de Provisão de manutenção em rodovias e seu efeito no imposto diferido. No

Comentário do Desempenho



acumulado do 1S19, o prejuízo registrado foi de R\$ 32,5 milhões, contra um prejuízo de R\$ 19,8 milhões, um acréscimo de 64%.

Endividamento: A Autopista Litoral Sul encerrou o 2T19 com um endividamento líquido de R\$ 440,2 milhões contra R\$ 500,4 milhões em 2T18. Uma redução de R\$ 60,2 milhões que corresponde ao financiamento de longo prazo junto ao BNDES.

Investimentos: Foram investidos no 2T19, R\$ 69,2 milhões, em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão. Com destaque principal para as seguintes obras: Implantação de Trevos e Viadutos, Alargamento e Reforço de Pontes ao Longo da Rodovia, Execução de novas Pontes, Área de Escape, Recuperação de Pavimentos e de Sinistros e a Obra do Contorno de Florianópolis, principal obra do contrato de concessão.

ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	2T19	1T19	2T18	Var% 2T19/1T19	Var% 2T19/2T18	1S19	1S18	Var% 1S18/1S19
Litoral Sul	30.512	33.916	28.134	-10,0%	8,5%	64.428	61.094	5,5%
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)								
	2T19	1T19	2T18	Var% 2T19/1T19	Var% 2T19/2T18	1S19	1S18	Var% 1S18/1S19
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	151.313	142.343	138.619	6,3%	9,2%	293.656	282.540	3,9%
Receitas de pedágio	82.411	91.616	76.040	-10,0%	8,4%	174.027	163.127	6,7%
Receitas de obras	67.707	49.564	61.384	36,6%	10,3%	117.271	116.854	0,4%
Receitas acessórias	1.195	1.163	1.195	2,8%	0,0%	2.358	2.559	-7,9%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(7.254)	(7.571)	(6.832)	-4,2%	6,2%	(14.825)	(14.743)	0,6%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	144.059	134.772	131.787	6,9%	9,3%	278.831	267.797	4,1%
CUSTOS E DESPESAS	(125.925)	(109.814)	(110.759)	14,7%	13,7%	(235.739)	(210.998)	11,7%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(27.065)	(26.277)	(26.474)	3,0%	2,2%	(53.342)	(52.886)	0,9%
Custo dos serv. de construção	(67.707)	(49.564)	(61.384)	36,6%	10,3%	(117.271)	(116.854)	0,4%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(5.960)	(5.442)	(6.470)	9,5%	-7,9%	(11.402)	(12.151)	-6,2%
Remuneração da administração	(440)	(747)	(610)	-41,1%	-27,9%	(1.187)	(1.482)	-19,9%
Despesas tributárias	-	18	(11)	-	-	18	(27)	-166,7%
Provisão para manutenção em rodovias	(24.993)	(28.054)	(16.126)	-10,9%	55,0%	(53.047)	(28.243)	87,8%
Outras receitas operacionais, líquidas	240	252	316	-4,8%	-24,1%	492	645	-23,7%
EBITDA	18.134	24.958	21.028	-27,3%	-13,8%	43.092	56.799	-24,1%
Margem EBITDA	23,8%	29,3%	29,9%			26,7%	37,6%	
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(29.039)	(28.809)	(25.845)	0,8%	12,4%	(57.848)	(51.292)	12,8%
Depreciação de imobilizado	(171)	(125)	(148)	36,8%	15,5%	(296)	(290)	2,1%
Amortização do intangível	(26.500)	(26.045)	(25.004)	1,7%	6,0%	(52.545)	(49.617)	5,9%
Amortização do diferido	(186)	(456)	(693)	-59,2%	-73,2%	(642)	(1.385)	-53,6%
Amortização do direito de uso	(2.182)	(2.183)	-	0,0%	-	(4.365)	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	(17.286)	(17.422)	(17.225)	-0,8%	0,4%	(34.708)	(35.480)	-2,2%
Receitas financeiras	569	552	652	3,1%	-12,7%	1.121	1.254	-10,6%
Despesas financeiras	(17.855)	(17.974)	(17.877)	-0,7%	-0,1%	(35.829)	(36.734)	-2,5%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(28.191)	(21.273)	(22.042)	32,5%	27,9%	(49.464)	(29.973)	65,0%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9.640	7.327	7.462	31,6%	29,2%	16.967	10.158	67,0%
Corrente	637	(637)	-	-200,0%	-	-	-	-
Diferido	9.003	7.964	7.462	13,0%	20,7%	16.967	10.158	67,0%
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(18.551)	(13.946)	(14.580)	33,0%	27,2%	(32.497)	(19.815)	64,0%
EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)								
	2T19	1T19	2T18	Var% 2T19/1T19	Var% 2T19/2T18	1S19	1S18	Var% 1S18/1S19
EBITDA ¹	18.134	24.958	21.028	-27,3%	-13,8%	43.092	56.799	-24,1%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	24.993	28.054	16.126	-10,9%	55,0%	53.047	28.243	87,8%
EBITDA Ajustado ²	43.127	53.012	37.154	-18,6%	16,1%	96.139	85.042	13,0%

Comentário do Desempenho



1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Autopista Litoral Sul S.A. é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto registrada na CVM. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os *websites* ri.arteris.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações”).

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Informações Financeiras Trimestrais
para o Trimestre Findo em 30 de junho
de 2019 e Relatório do Auditor
Independente.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE E PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada na Av. Santos Dumont, 935. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender às suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 30 de junho de 2019 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$245.478 (R\$1.018.938 em 31 de dezembro de 2018).

A geração de caixa, somada à capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos classificados no circulantes, e a manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, por meio da evolução do tráfego pedagiado e dos reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e por recursos captados no mercado de capitais por meio da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários. A Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

No trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2019 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A emissão das informações financeiras trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 13 de agosto de 2019.

2. CONCESSÕES

No trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2019 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pelo mencionado abaixo:

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$6.424. A partir de 30 de junho de 2019 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de

Notas Explicativas

Litoral Sul S.A.

R\$87.795 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

A Sociedade estima em 30 de junho de 2019 o montante de R\$229.856 (R\$247.504 em 31 de dezembro de 2018) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$545.862 (R\$487.446 em 31 de dezembro de 2018) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estas obras estão estimadas em R\$1.780.265 as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, aprovadas em 27 de fevereiro de 2019 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais exceto pela adoção de novos pronunciamentos contábeis conforme mencionado abaixo:

Adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamento mercantil

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 a IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras de arrendatários e arrendadores. Objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

A Sociedade aplicou a IFRS 16 utilizando o método retrospectivo modificado e as informações financeiras comparativas abrangendo esse tema não foram reapresentadas.

Notas Explicativas

Todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019, com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Sociedade.

Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Sociedade.
- A Sociedade tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual
- A Sociedade tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os arrendatários deverão reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas que se estima a saída de recursos para fazer frente as respectivas obrigações (estimado para todo o período do contrato de arrendamento), e descontada por meio de aplicação da taxa de 8,42%a.a. A Administração revisará a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração tem como base a taxa de crédito da companhia excluindo os financiamentos do BNDES.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacionais, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Sociedade optou por criar novos grupos patrimoniais e novas rubricas contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos, bem como evidenciar os efeitos nas rubricas do resultado.

Notas Explicativas

Litoral Sul S.A.

Política contábil aplicável antes de 1º de janeiro de 2019

Anteriormente à entrada em vigor da IFRS 16, os casos de arrendamento mercantil eram avaliados pela Sociedade sob os conceitos de arrendamento financeiro e arrendamento operacional, visando ao correto enquadramento para o reconhecimento contábil.

Arrendamento financeiro

Eram considerados financeiros os arrendamentos cujos contratos previam a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes ao ativo arrendado. Nesse caso, também eram levados em conta o prazo do arrendamento mercantil em relação à vida útil econômica do ativo, a relação do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento com o valor justo do ativo, bem como a previsão de a Sociedade obter a propriedade do ativo no final do contrato.

Arrendamento operacional

Todos os arrendamentos não revestidos das características do arrendamento financeiro eram classificados como arrendamentos operacionais. Como arrendatária, os pagamentos realizados pela Sociedade, relativos a esses contratos, eram reconhecidos como despesa do período, pelo método linear no prazo de vigência do arrendamento.

Os principais impactos decorrentes da aplicação inicial estão demonstrados abaixo:

i) Os impactos da adoção da IFRS 16 no balanço patrimonial:

	Valores antes da adoção do CPC 06	IFRS 16	Valores após a adoção do CPC 06 em 01.01.2019
Ativo			
Circulante	40.363	-	40.363
Não circulante	2.822.750	28.120	2.850.870
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-
Direito de uso - IFRS 16	-	28.120	28.120
	2.863.113	28.120	2.891.233
Passivo			
Circulante	1.059.301	7.418	1.066.719
Arrendamento mercantil a pagar – IFRS 16	-	7.418	7.418
Não circulante	638.001	20.702	658.703
Arrendamento mercantil a pagar – IFRS 16	-	20.702	20.702
Patrimônio líquido	1.165.811	-	1.165.811
Arrendamento mercantil – IFRS 16	-	-	-
	2.863.113	28.120	2.891.233

ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, a IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. A sociedade entende que não há incertezas quanto ao tratamento dado em relação aos tributos sobre o lucro.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

Notas Explicativas

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Caixa e contas bancárias	3.150	4.028
Aplicações financeiras (*)	<u>12.048</u>	<u>14.956</u>
Total	<u><u>15.198</u></u>	<u><u>18.984</u></u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 99,05% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como principais características aplicações pós-fixadas em Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") e Certificado de depósito Bancário - CDB, de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimento, inclusive as Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.06.2019</u>		<u>31.12.2018</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	13.246	-	13.177	-
Cupons de pedágio a receber	821	-	730	-
Cartões de pedágio a receber	418	-	117	-
Receitas acessórias a receber	1.371	-	136	-
Outras receitas a receber	<u>183</u>	<u>183</u>	<u>72</u>	<u>225</u>
Total	<u><u>16.039</u></u>	<u><u>183</u></u>	<u><u>14.232</u></u>	<u><u>225</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 26.c).

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 é como segue:

Notas Explicativas

Litoral Sul S.A.

	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(28.191)	(49.464)	(22.042)	(29.973)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	9.585	16.818	7.494	10.191
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outras diferenças permanentes	55	149	(32)	(33)
Total	<u>9.640</u>	<u>16.967</u>	<u>7.462</u>	<u>10.158</u>
Imposto Contabilizado	9.640	16.967	7.462	10.158
Créditos de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	637	-	-	-
Diferido	<u>9.003</u>	<u>16.967</u>	<u>7.462</u>	<u>10.158</u>
	<u>9.640</u>	<u>16.967</u>	<u>7.462</u>	<u>10.158</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido	
	30.06.2019	31.12.2018
<u>Não circulante</u>		
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal (a)	208.847	199.292
Provisão de participação nos lucros	1.421	2.919
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	9.517	11.767
Outras provisões	2.014	839
Provisão para manutenção de rodovias	103.129	65.269
Amortização acumulada de obras futuras	(3.393)	(4.088)
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	(35)	(702)
Pis e Cofins s/receitas	-	531
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	(66)	(96)
Arrendamentos - IFRS 16	1.059	-
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	<u>322.493</u>	<u>275.731</u>
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>109.648</u>	<u>93.749</u>
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(114.281)	(114.281)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	28.138	24.990
Estorno de capitalização de juros	108	108
Amortização estorno de capitalização de juros	(23)	(18)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	<u>(86.058)</u>	<u>(89.201)</u>
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>(29.260)</u>	<u>(30.328)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>80.388</u>	<u>63.421</u>

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração; portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

Notas Explicativas

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	Ativo não circulante
2020	3.393
2021	7.059
2022	7.340
2023	7.628
Após 2024	84.228
	<u>109.648</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 53% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 30 de junho de 2019 o saldo é de R\$28.931 (R\$28.822 em 31 de dezembro de 2018), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 97,26% da variação do CDI.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

9. DIREITO DE USO

Os principais impactos decorrentes da adoção inicial do IFRS 16 estão demonstrados abaixo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Custo direito de uso								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	24.098	632	855	989	687	502	357	28.120
Saldo em 30.06.2019	24.098	632	855	989	687	502	357	28.120
Amortização acumulada								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	(2.678)	(632)	(284)	(182)	(176)	(230)	(183)	(4.365)
Saldo em 30.06.2019	(2.678)	(632)	(284)	(182)	(176)	(230)	(183)	(4.365)
Direito de uso líquido								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2019	21.420	-	571	807	511	272	174	23.755
Taxas de amortização - a.a.	22%	100%	67%	36%	48%	92%	71%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
- (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- (c) Refere-se a veículos administrativos.
- (d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
- (e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
- (f) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.
- (g) Refere-se a locação de cofres localizados nas praças de pedágio e um caminhão de plataforma elevatória.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2018	1.097	1.324	798	308	1.472	329	5.328
Adições	2	627	-	-	97	-	726
Transferências/reclassificações	(3)	9	-	-	(15)	-	(9)
Saldo em 30.06.2019	1.096	1.960	798	308	1.554	329	6.045
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2018	(755)	(744)	(432)	(236)	(939)	(162)	(3.268)
Depreciações	(45)	(97)	(64)	(9)	(62)	(19)	(296)
Saldo em 30.06.2019	(800)	(841)	(496)	(245)	(1.001)	(181)	(3.564)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2018	342	580	366	72	533	167	2.060
Saldo em 30.06.2019	296	1.119	302	63	553	148	2.481
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%	
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2017	1.082	897	798	308	1.417	329	4.831
Adições	10	314	-	-	16	-	340
Saldo em 30.06.2018	1.092	1.211	798	308	1.433	329	5.171
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2017	(664)	(587)	(289)	(184)	(815)	(130)	(2.669)
Depreciações	(44)	(71)	(72)	(26)	(62)	(15)	(290)
Saldo em 30.06.2018	(708)	(658)	(361)	(210)	(877)	(145)	(2.959)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2017	418	310	509	124	602	199	2.162
Saldo em 30.06.2018	384	553	437	98	556	184	2.212
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%	

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

11. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2018	1.847.634	6.985	1.191.682	21.140	3.067.441
Adições	33.486	15	107.550	(2.617)	138.434
Transferências/reclassificações	3.233	9	1.855	(5.088)	9
Saldo em 30.06.2019	<u>1.884.353</u>	<u>7.009</u>	<u>1.301.087</u>	<u>13.435</u>	<u>3.205.884</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2018	(387.646)	(5.394)	-	-	(393.040)
Amortizações	(52.159)	(386)	-	-	(52.545)
Saldo em 30.06.2019	<u>(439.805)</u>	<u>(5.780)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(445.585)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2018	1.459.988	1.591	1.191.682	21.140	2.674.401
Saldo em 30.06.2019	1.444.548	1.229	1.301.087	13.435	2.760.299
Taxas de amortização - a.a.	6%	20%			

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.760.491	6.681	1.013.332	11.965	2.792.469
Adições	25.211	293	112.658	3.000	141.162
Transferências/reclassificações	25.109	-	(22.412)	(2.697)	-
Alienações/baixas	(281)	-	(248)	(15)	(544)
Saldo em 30.06.2018	1.810.530	6.974	1.103.330	12.253	2.933.087
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2017	(287.631)	(4.823)	-	-	(292.454)
Amortizações	(49.340)	(277)	-	-	(49.617)
Saldo em 30.06.2018	(336.971)	(5.100)	-	-	(342.071)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.472.860	1.858	1.013.332	11.965	2.500.015
Saldo em 30.06.2018	1.473.559	1.874	1.103.330	12.253	2.591.016
Taxas de amortização - a.a.	6%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se a obras em andamento tendo como principal a construção o Contorno de Florianópolis.

No período findo em 30 de junho de 2019, a Sociedade capitalizou o montante de R\$29.695 (R\$23.458 em 30 de junho de 2018) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em relação aos valores principais de dívidas em 2019 foi de 11,21% ao ano (8,66% ao ano em 2018).

A Administração preparou as projeções de fluxo de caixa descontado e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2018, Para 30 de junho de 2019 a Sociedade acompanhou e não viu necessidade um novo teste no trimestre.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

12. DIFERIDO

É representado por:

	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.343	4.343
Consumo	3.598	3.598
Custos contratuais da concessão	7.306	7.306
Depreciações e amortizações	16	16
Conservação da rodovia	10.169	10.169
Serviços de terceiros	1.182	1.182
Tributários	1.418	1.418
Resultados financeiros	(1.327)	(1.327)
Outros gastos	746	746
	<u>27.451</u>	<u>27.451</u>
Amortização acumulada	<u>(27.451)</u>	<u>(26.809)</u>
	<u>-</u>	<u>642</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

Moeda local	30.06.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	68.429	451.776	520.205	61.429	508.549	569.978
Captações/Renovações	11.644	-	11.644	31.417	-	31.417
Juros provisionados	21.487	-	21.487	43.098	3.701	46.799
Amortização de principal	(43.034)	-	(43.034)	(84.668)	-	(84.668)
Pagamento de juros	(20.044)	-	(20.044)	(43.271)	-	(43.271)
Transferência	30.713	(30.713)	-	60.474	(60.474)	-
AVP/Risco sacado	30	-	30	(50)	-	(50)
	<u>69.225</u>	<u>421.063</u>	<u>490.288</u>	<u>68.429</u>	<u>451.776</u>	<u>520.205</u>
Custo de transação	(776)	(5.154)	(5.930)	(776)	(5.542)	(6.318)
Saldo final	<u>68.449</u>	<u>415.909</u>	<u>484.358</u>	<u>67.653</u>	<u>446.234</u>	<u>513.887</u>

A composição dos empréstimos é como segue:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	30.06.2019	31.12.2018
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,32%a.a.	jun/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	482.412	510.400
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP	jun/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	3.201	3.373
Risco sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	<u>4.675</u>	<u>6.432</u>
				<u>490.288</u>	<u>520.205</u>

Em 30 de junho de 2019 o saldo de R\$4.675 (R\$6.432 em 31 de dezembro de 2018) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais

Notas Explicativas

fornecedores, a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Em 30 de junho de 2019, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2020	33.403
2021	70.940
2022	76.833
2023	83.215
Após 2024	<u>156.672</u>
	<u><u>421.063</u></u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são:

- 1) Não devem realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

- 2) Não apresentar saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da Receita Bruta auferida no exercício anual anterior. Exclusivamente para o fim de verificação adotam-se as seguintes definições:

Receita Bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior.

Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos, estando excluídos desse cômputo os valores referentes:

- i) à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Emissora;
- ii) aos mútuos concedidos à Emissora por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não esteja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo; e

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

- iii) ao saldo devedor referente ao crédito decorrente dos contratos de financiamento junto ao BNDES e dos demais contratos de financiamento cujo o BNDES tenha autorizado previamente.

- 3) Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total".

A Sociedade está cumprindo as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de junho de 2019 o saldo de R\$20.656 (R\$24.904 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$17.421 (R\$13.914 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

Estão compostos por:

	30.06.2019		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	-	-
Adições	10.088	18.032	28.120
Utilização	(4.950)	-	(4.950)
Ajuste a valor presente - AVP	1.059	-	1.059
	<u>6.197</u>	<u>18.032</u>	<u>24.229</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2019, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$4.122.

Em 30 de junho de 2019, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2020	8.694
2021	5.901
2022	3.231
2023	102
Após 2023	104
	<u>18.032</u>

Em 30 de junho de 2019, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

Notas Explicativas

	30.06.2019	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Veículos operacionais	63	-
	<u>63</u>	<u>-</u>

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de junho de 2019 e de 31 de dezembro de 2018 e as transações realizadas em 30 de junho de 2019 e de 2018, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	30.06.2019	31.12.2018
<u>Ativo circulante</u>		
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Planalto Sul S.A.	8	-
Régis Bittencourt S.A.	21	-
Total do ativo circulante	<u>29</u>	<u>-</u>
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	2.751	1.282
Planalto Sul S.A.	13	-
Régis Bittencourt S.A.	104	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (d)	4.678	156
Mútuos a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (c)	-	585.246
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (b)	72.921	292.249
Total do passivo circulante	<u>80.467</u>	<u>878.933</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
Mútuos a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (c)	604.013	-
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (b)	396.964	131.491
Total do passivo não circulante	<u>1.000.977</u>	<u>131.491</u>

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Contas de Resultado:	PERÍODO			
	30.06.2019		30.06.2018	
	Despesas financeiras (b)/(c)	Despesas gerais (a)	Despesas financeiras (b)/(c)	Despesas gerais (a)
Controladora				
Arteris S.A.	(38.720)	(10.389)	(32.663)	(5.579)
Juros Capitalizados (*)	18.306	-	13.023	-
Outras partes relacionadas				
Planalto Sul S.A.	-	(8)	-	-
Flumiense S.A.	-	-	-	(31)
Régis Bittencourt S.A.	-	(168)	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	-	(876)	-	-
Total	(20.414)	(11.441)	(19.640)	(5.610)

(*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

Contas de Resultado:	TRIMESTRE			
	30.06.2019		30.06.2018	
	Despesas financeiras (b)/(c)	Despesas gerais (a)	Despesas financeiras (b)/(c)	Despesas gerais (a)
Controladora				
Arteris S.A.	(19.753)	(5.711)	(16.491)	(2.977)
Juros Capitalizados (*)	9.387	-	6.652	-
Outras partes relacionadas				
Planalto Sul S.A.	-	(1)	-	-
Régis Bittencourt S.A.	-	(168)	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	-	(33)	-	-
Total	(10.366)	(5.913)	(9.839)	(2.977)

- (a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da "Holding", baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Decorrentes da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª emissões de debêntures série única não conversíveis em ações celebradas com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a uma taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do "spread" de 1,4% ao ano para a 2ª emissão, 1% para a 6ª emissão e de 1,5% ao ano para as demais, com vencimento do principal e dos juros, conforme tabela a seguir. Em 21 de maio de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a emissão de 28.000 debêntures nominativas e não conversíveis, da espécie subordinada, todas com valor nominal unitário R\$10.000 no valor total da emissão de R\$280.000, na data de emissão das debêntures, sendo que até o período findo em 30 de junho de 2019 do total de debêntures emitidas foram integralizadas o montante de R\$160.700. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.06.2019		31.12.2018	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
01.04.2015	31.03.2021	CDI + 1,40% a.a.	30.000	15.426	30.000	13.936
28.04.2015	28.04.2021	CDI + 1,50% a.a.	122.518	61.383	122.518	55.284
03.07.2015	03.07.2019	CDI + 1,50% a.a.	20.000	9.466	20.000	8.491
19.08.2015	19.08.2019	CDI + 1,50% a.a.	30.000	13.455	30.000	12.020
21.05.2018	21.05.2021	CDI + 1,00% a.a.	160.700	6.937	128.700	2.791
			363.218	106.667	331.218	92.522

- (c) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,70% ao

Notas Explicativas

ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2021, conforme demonstrados a seguir. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.06.2019		31.12.2018
			Valor do principal	Juros	Valor do principal
04.09.2008	01.12.2021	CDI + 1,037%a.a.	4.000	6.016	4.000
17.09.2008	01.12.2021	CDI + 1,037%a.a.	5.000	7.520	5.000
25.09.2008	01.12.2021	CDI + 1,037%a.a.	2.000	3.008	2.000
06.10.2008	01.12.2021	CDI + 1,037%a.a.	8.000	12.032	8.000
27.10.2008	01.12.2021	CDI + 1,037%a.a.	6.000	9.024	6.000
05.11.2008	01.12.2021	CDI + 1,037%a.a.	10.000	15.039	10.000
27.11.2008	01.12.2021	CDI + 1,037%a.a.	10.000	15.039	10.000
05.12.2008	01.12.2021	CDI + 1,037%a.a.	5.000	7.520	5.000
19.12.2008	01.12.2021	CDI + 1,04% a.a.	17.000	25.567	17.000
10.06.2013	01.12.2021	CDI + 1,70% a.a.	15.000	12.137	15.000
10.09.2013	01.12.2021	CDI + 1,70% a.a.	30.000	23.146	30.000
08.10.2013	01.12.2021	CDI + 1,70% a.a.	35.000	26.605	35.000
24.01.2014	01.12.2021	CDI + 1,40% a.a.	40.000	27.512	40.000
05.03.2014	01.12.2021	CDI + 1,40% a.a.	25.000	16.763	25.000
01.04.2014	01.12.2021	CDI + 1,40% a.a.	30.000	19.768	30.000
09.05.2014	01.12.2021	CDI + 1,40% a.a.	35.000	22.491	35.000
20.06.2014	01.12.2021	CDI + 1,40% a.a.	20.000	12.479	20.000
02.03.2015	01.12.2021	CDI + 1,40% a.a.	30.000	15.347	30.000
			<u>327.000</u>	<u>277.013</u>	<u>327.000</u>

d) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$1.622 (R\$5.968 em 30 de junho de 2018), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2019 a Sociedade reconheceu, respectivamente, os montantes de R\$72 e R\$285 a título de remuneração e encargos de seus administradores incluídos os encargos, adicionado de R\$368 e R\$902 relativo ao rateio da "Holding", que totalizam R\$440 e R\$1.187 (R\$949, R\$533 e R\$1.482, respectivamente, em 30 de junho de 2018), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$700. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$1.421 e R\$2.919.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com a qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. PROVISÕESRiscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	31.12.2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.06.2019
Cíveis	489	794	(247)	(499)	-	537
Trabalhistas	2.287	2.249	(1.509)	(2.094)	-	933
Regulatório	8.991	-	(944)	-	-	8.047
Total	11.767	3.043	(2.700)	(2.593)	-	9.517

	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.06.2018
Cíveis	727	1.120	(8)	(770)	-	1.069
Trabalhistas	621	247	(212)	(209)	-	447
Regulatório	8.658	-	-	-	333	8.991
Total	10.006	1.367	(220)	(979)	333	10.507

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 30 de junho de 2019, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$8.047 (R\$8.991 em 31 de dezembro de 2018). Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam o montante de R\$18.304 (R\$9.231 em 31 de dezembro de 2018).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e ambientais ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos

Notas Explicativas

representam o montante de R\$8.768 em 30 de junho de 2019 (R\$7.343 em 31 de dezembro de 2018).

Os depósitos judiciais no montante de R\$47.199 em 30 de junho de 2019 (R\$49.419 em 31 de dezembro de 2018) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em sua maioria por indenizações para desapropriações de obras e relativos a autos de infrações impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante		Total	
	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia
Saldo em 31.12.2018	38.540	21.287	26.729	21.287	65.269	21.287
Adições/Reversões	-	-	53.047	-	53.047	-
Utilizações	(18.145)	-	-	-	(18.145)	-
Ajuste a valor presente	-	668	2.958	668	2.958	-
Transferências	39.915	-	(39.915)	-	-	-
Saldo em 30.06.2019	<u>60.310</u>	<u>21.955</u>	<u>42.819</u>	<u>21.955</u>	<u>103.129</u>	<u>21.955</u>

	Circulante		Não circulante		Total	
	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia
Saldo em 31.12.2017	14.600	20.319	57.421	20.319	72.021	20.319
Adições/Reversões	-	-	28.243	-	28.243	-
Utilizações	(33.257)	-	-	-	(33.257)	-
Ajuste a valor presente	-	640	1.931	640	1.931	-
Transferências	31.571	-	(31.571)	-	-	-
Saldo em 30.06.2018	<u>12.914</u>	<u>20.959</u>	<u>56.024</u>	<u>20.959</u>	<u>68.938</u>	<u>20.959</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2019 referentes às manutenções realizadas foram de R\$15.032 (R\$33.257 em 30 de junho de 2018).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito em 30 de junho de 2019 é de R\$1.497.996 (R\$1.287.996 em 31 de dezembro de 2018), composto por 1.432.019.209 ações ordinárias e sem valor nominal (1.218.790.042 em 31 de dezembro de 2018), integralizadas pelo valor de R\$1.317.796 (R\$1.272.296 em 31 de dezembro de 2018) que representam 1.244.310.876 ações (1.197.410.623 em 31 de dezembro de 2018).

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral o seguinte aumento de capital conforme segue:

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
20.12.2017(*)	AGE	Dinheiro	-	-	15.700
06.03.2019 (**)	AGE	Dinheiro	218.750.000	210.000	29.800
			<u>218.750.000</u>	<u>210.000</u>	<u>45.500</u>

(*) No decorrer do período findo em 31 de março de 2019 ocorreram integralizações de capital referente a Ata constituída em 20 de dezembro de 2017 no montante de R\$15.700.

(**) Em 06 de março de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$210.000, mediante a emissão de 218.750.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizados R\$29.800 em dinheiro até 30 de junho de 2019, e o valor restante de R\$180.200 será integralizado em até oito meses a partir da data da aprovação.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

20. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	82.411	174.027	76.040	163.127
Receita de serviços de construção	67.707	117.271	61.384	116.854
Outras receitas	1.195	2.358	1.195	2.559
Receita bruta	<u>151.313</u>	<u>293.656</u>	<u>138.619</u>	<u>282.540</u>
ISSQN	(4.194)	(8.892)	(3.809)	(8.329)
PIS	(543)	(1.053)	(518)	(1.108)
COFINS	(2.508)	(4.863)	(2.395)	(5.114)
Outras deduções	(9)	(17)	(110)	(192)
Receita líquida	<u>144.059</u>	<u>278.831</u>	<u>131.787</u>	<u>267.797</u>

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

Notas Explicativas

	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(2.946)	(5.806)	(3.154)	(6.150)
Serviços de terceiros	(1.368)	(2.444)	(746)	(1.601)
Manutenção de bens e conservação	(395)	(558)	(250)	(504)
Consumo	(222)	(533)	(489)	(981)
Transportes	(123)	(197)	(179)	(340)
Seguros/Garantias	(8)	(15)	(3)	(5)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(156)	(343)	(1.034)	(1.147)
Comunicação e marketing	(187)	(326)	(248)	(466)
Indenizações à terceiros	-	(11)	-	-
Publicações legais	(20)	(170)	(4)	(150)
Depreciação / Amortização	(288)	(501)	(299)	(582)
Outros	(535)	(999)	(363)	(807)
Total	(6.248)	(11.903)	(6.769)	(12.733)

	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(6.371)	(12.451)	(5.613)	(11.657)
Serviços de terceiros	(7.074)	(14.136)	(8.838)	(17.566)
Conservação	(4.658)	(8.630)	(3.728)	(7.000)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(1.243)	(2.409)	(964)	(1.910)
Consumo	(1.908)	(3.990)	(1.665)	(3.486)
Transportes	(973)	(1.989)	(1.095)	(2.256)
Verba de fiscalização	(3.079)	(6.092)	(2.967)	(5.885)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(308)	(697)	(297)	(598)
Seguros / Garantias	(876)	(1.666)	(798)	(1.597)
Provisão de manutenção em rodovias	(24.993)	(53.047)	(16.126)	(28.243)
Custos de serviços da construção	(67.707)	(117.271)	(61.384)	(116.854)
Depreciação / Amortização	(28.751)	(57.347)	(25.546)	(50.710)
Outros	(575)	(1.282)	(509)	(931)
Total	(148.516)	(281.007)	(129.530)	(248.693)

22. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	547	1.097	578	1.180
Outras receitas	22	24	74	74
Total	569	1.121	652	1.254

	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(14.963)	(30.512)	(16.260)	(33.048)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(2.506)	(4.715)	(1.251)	(2.578)
Outras despesas	(386)	(602)	(366)	(1.108)
Total	(17.855)	(35.829)	(17.877)	(36.734)

23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

b) Informações suplementares

	<u>30.06.2019</u>	<u>30.06.2018</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	30.532	19.227
Juros capitalizados	29.695	23.458
	<u>30.06.2019</u>	<u>30.06.2018</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(37.736)	(61.080)

24. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	<u>30.06.2019</u>		<u>30.06.2018</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Prejuízo líquido do período	(18.551)	(32.497)	(14.580)	(19.815)
Número de ações durante período	1.432.019	1.353.463	1.213.269	1.213.269
Prejuízo por ação	<u>(0,0130)</u>	<u>(0,0240)</u>	<u>(0,0120)</u>	<u>(0,0163)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os trimestres e períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo diluído por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações financeiras trimestrais, conforme o quadro a seguir:

	Nível	<u>30.06.2019</u>		<u>31.12.2018</u>	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	15.198	-	18.984	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	16.039	-	14.232
Partes relacionadas ativas	Nível 2	-	29	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	28.931	-	28.822	-
Outros Créditos	Nível 2	-	1.364	-	1.483
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	479.683	-	507.455
Empréstimos - Risco sacado	Nível 2	-	4.675	-	6.432
Empréstimos partes relacionadas	Nível 2	-	1.073.898	-	1.008.986
Partes relacionadas passivas	Nível 2	-	7.546	-	1.438
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	38.077	-	38.818
Taxa de fiscalização	Nível 2	-	1.026	-	989
Outras contas a pagar	Nível 2	-	15.347	-	5.478
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	Nível 2	-	24.229	-	-
		<u>44.129</u>	<u>(1.627.049)</u>	<u>47.806</u>	<u>(1.553.881)</u>

Notas Explicativas

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão de a TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré determinada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

26. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de junho de 2019 e de 2018, a Sociedade não apresenta saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento à Instrução CVM nº475, em 30 de junho de 2019, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	6,00%	7,50%	9,00%
Receita de aplicações financeiras	2.410	3.013	3.616
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(74.702)	(90.017)	(105.331)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>(72.292)</u>	<u>(87.004)</u>	<u>(101.715)</u>
TJLP	6,26%	7,83%	9,39%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(42.230)	(49.980)	(57.731)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	<u>(42.230)</u>	<u>(49.980)</u>	<u>(57.731)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(114.522)</u>	<u>(136.984)</u>	<u>(159.446)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus – Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Essas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

c) Risco de crédito

Em 30 de junho de 2019, a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$13.246 (R\$13.177 em 31 de dezembro de 2018) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. e Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica "Contas a receber".

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
BNDES Automático	8,58%	49.313	98.627	98.627	98.627	265.357	610.551
Capital de giro	17,18%	4.740	-	-	-	-	4.740
Partes relacionadas	7,29%	73.419	-	1.237.139	-	-	1.310.558
Fornecedores e cauções contratuais	-	38.077	-	-	-	-	38.077
Fornecedores partes relacionadas	-	7.546	-	-	-	-	7.546
Outras contas a pagar	-	14.676	671	-	-	-	15.347
		<u>187.771</u>	<u>99.298</u>	<u>1.335.766</u>	<u>98.627</u>	<u>265.357</u>	<u>1.986.819</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01.07 a 30.09.2019	01.10 a 31.12.2019	01.01 a 31.03.2020	01.04 a 30.06.2020	Total
BNDES Automático	8,58%	24.656	24.657	24.657	24.657	98.627
Capital de giro	17,18%	4.740	-	-	-	4.740
Partes relacionadas	7,29%	73.419	-	-	-	73.419
Fornecedores e cauções contratuais	-	36.953	1.124	-	-	38.077
Fornecedores partes relacionadas	-	7.546	-	-	-	7.546
Outras contas a pagar	-	13.637	1.039	652	19	15.347
		<u>160.951</u>	<u>26.820</u>	<u>25.309</u>	<u>24.676</u>	<u>237.756</u>

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias; portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

28. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de junho de 2019, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*) Responsabilidade civil	180.000 20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	142.870

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 é de R\$60.653.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 05 e 22 de julho de 2019 e em 05 de agosto de 2019, a Sociedade recebeu recurso oriundo da liberação parcial da 6ª emissão de debêntures nos montantes de R\$5.500, R\$15.000 e R\$6.500 respectivamente, respaldados pela ata constituída em 21 de maio de 2018 referente a emissão de R\$280.000 debêntures.

A Ata Geral Ordinária e Extraordinária de 01 de abril de 2019, aprovou a prorrogação das debêntures pelo período adicional de dois anos contado da data de vencimento, sendo assim, a 4ª emissão com vencimento em 03.07.2019 foi prorrogada para 03.07.2021.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autopista Litoral Sul S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações financeiras trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 13 de agosto de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Paulo de Tarso Pereira Jr.

Audidores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado conselho fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações financeiras intermediárias relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2019.

Joinville, 13 de agosto de 2019.

Diretoria

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Sergio Moniz Barretto Garcia

Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor de Operações

Marcelo de Afonseca e Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios

Marcia Fragoso Soares

Diretora de Manutenção

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Joinville, 13 de agosto de 2019.

Diretoria

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Sergio Moniz Barretto Garcia

Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor de Operações

Marcelo de Afonseca e Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios

Marcia Fragoso Soares

Diretora de Manutenção